

Para maior transparência das contas do governo

Nos últimos anos, avolumaram-se as críticas relativas ao controle das contas do setor público, que eram tratadas em documentos separados, nem sempre complementares, de difícil avaliação. Tornou-se um lugar-comum, tanto entre estudiosos dessas questões quanto entre empresários, que a República precisa dar maior transparência ao apresentar os números referentes a suas receitas e despesas.

As atuais autoridades econômicas conseguiram, em cinco meses, unificar os orçamentos fiscal e monetário, além de estabelecer uma previsão de ganhos e gastos para as 186 empresas estatais, que indica, para 1986, um superávit. Agora, com as últimas medidas anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ocorre mais um progresso nesse sentido: com o congelamento da conta movimento que o Banco do Brasil (BB) mantinha com o Banco Cen-

tral (BC), as contas nacionais ganham ainda maior clareza e passam a ter mais simplicidade.

Na verdade, a vantagem decorrente desse processo de aprimoramento é principalmente operacional, mas adquire fundamental importância quando se sabe que o maior problema do País é estabelecer claramente receitas e gastos em todos os setores da administração pública, para que seja possível estancar a emissão de papel-moeda e reduzir a colocação de títulos da dívida pública. A receita para cobrir estas necessidades virá do compulsório de 25% do saldo das cadernetas de poupança, que, por sinal, têm tido captação superior ao previsto. O seu volume líquido era, no último dia 30, de Cr\$ 4,5 trilhões.

É certo, todavia, que, além da clareza dos números disponíveis referentes às contas nacionais, é necessária também a definição de uma firme opção política para

que o déficit público seja zerado. O momento parece adequado para uma ação nesse sentido, posto que o sistema bancário se mantém líquido e as empresas, capitalizadas, em decorrência do aumento de demanda registrado no final do ano passado e que perdura até este mês.

Não se trata — como chegaram a supor alguns grupos de funcionários do BB — de nenhum preconceito contra a atuação daquela instituição. Ocorre que, desde a criação do BC, há vinte anos, o BB vive um processo de definição de seu campo próprio de ação e de aprimoramento de sua vocação comercial, passando a atuar como banco múltiplo em igualdade com outras grandes instituições de mercado. A atual opção do CMN apenas esclarece uma situação que algum dia teria de ser esclarecida.

De outra parte, as medidas no setor econômico são complemen-

tares. As que foram agora estabelecidas não podem ser desvinculadas do “pacote fiscal” divulgado no final do ano passado, quando já transparecia a intenção de se iniciar um ataque mais forte contra a inflação, que se alojou há pelo menos um ano num patamar profundamente incômodo.

É certo que o plano agora deflagrado pelo ministro Dilson Funaro tem pela frente, doravante, três meses de grande tensão. Contudo, desde o dia de sua posse, Funaro insistiu em que sustentaria o combate contra a inflação na densidade que se tornasse necessária. No presente momento, atinge com grande impacto os gastos públicos, que muitos setores consideravam inatingíveis.

Pela sua importância, cada uma das medidas aprovadas pelo CMN, no decorrer da última semana, merece uma apreciação detalhada, que iremos realizar nos próximos editoriais.